



Plenário votará PEC que ajuda contas de estados e municípios

Senado pode analisar esta semana a proposta que permite a destinação de parte do Orçamento da União diretamente para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios

Está na pauta do Plenário desta semana a proposta que permite que emendas individuais ao projeto do Orçamento alocuem recursos diretamente aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, com a indicação do ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio.

Outras duas PECs que os senadores devem debater são a que transforma o meio ambiente ecologicamente equilibrado em direito fundamental e a que trata da legitimidade do

defensor público-geral federal para a ação direta de inconstitucionalidade.

Também consta da pauta, em regime de urgência, projeto que estabelece que tanto um juiz quanto um policial poderão determinar o afastamento de agressor, por medida protetiva, se verificada a existência de risco iminente à vida ou à integridade física de mulher em situação de violência doméstica.

Outro projeto que está na pauta da semana é o que trata da responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros. **3**



Roque de Sá/Agência Senado - 22/3/2019

Plenário também pode debater PEC que transforma o meio ambiente ecologicamente equilibrado em direito fundamental

Texto aumenta agricultura familiar na merenda

A merenda das escolas públicas pode passar a receber mais alimentos provenientes da agricultura familiar, se for aprovado projeto que está na pauta de amanhã da Comissão de Educação.

A proposta amplia de 30% para 50% a parcela de recursos federais usada na compra de produtos de agricultores ou empreendedores familiares. Serão beneficiados alunos matriculados na educação básica de escolas públicas e filantrópicas. **4**



Marcos Veiga/Soccom-MT

Empreendimentos familiares são beneficiados pelo projeto em pauta amanhã

Colegiado votará MP sobre empréstimo a filantrópicas

A comissão mista da MP que regulou empréstimos para hospitais filantrópicos sem fins lucrativos deve votar amanhã o relatório da senadora Daniella Ribeiro. A medida regulamenta lei que criou uma linha

de crédito com recursos do FGTS para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos em dificuldade financeira. Antes o fundo só podia ser aplicado em saneamento e infraestrutura. **3**



Roseli Szepurski

A medida provisória beneficiou santas casas e hospitais filantrópicos

Sessão do Congresso celebra 300 anos de Cuiabá

Uma sessão solene do Congresso Nacional celebrou na sexta-feira os 300 anos de Cuiabá. A homenagem foi requerida por Wellington Fagundes e pelo deputado Pinheiro Neto. O senador Izalci Lucas abriu a sessão destacando a hospitalidade, a pujança e o desenvolvimento de Cuiabá. Wellington disse que a cidade é polo de alegria e cultura. **2**

Pesquisa mostra aprovação de pacote anticrime por cidadãos

Pesquisa nacional do Instituto DataSenado revelou que a maioria dos brasileiros conhece e aprova os projetos que integram o pacote anticrime apresentado ao Congresso pelo ministro da Justiça, Sergio Moro.

Para agilizar o debate, a senadora Eliziane Gama reapresentou as propostas no Senado. Entre os entrevistados que conheciam as medidas, 65% disseram acreditar que elas vão trazer muitos benefícios. **4**

Texto sobre agências reguladoras será analisado

As mudanças feitas pela Câmara ao projeto das agências reguladoras serão analisadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, última etapa antes da votação final pelo Plenário.

A proposta foi aprovada pelo Senado em 2016 e enviada à Câmara, que fez as alterações. A CCJ do Senado emitiu parecer em dezembro mantendo apenas quatro delas. **2**

Projeto amplia fontes de recursos do Fundeb **3**

Conselho de Comunicação elege hoje prioridades **2**

Colegiado analisa projeto de agências reguladoras

Alterações da Câmara ao texto já aprovado pelo Senado, que garante mais autonomia e transparência às autarquias, será analisado agora pela última comissão, antes de o Plenário dar a palavra final

AS ALTERAÇÕES FEITAS pela Câmara ao projeto da Lei das Agências Reguladoras chegaram à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Será a última comissão que analisará o texto antes de o Plenário dar a palavra final. O relator será o senador Marcio Bittar (MDB-AC). Do ex-senador Eunício Oliveira, o PLS 52/2013 contém medidas para garantir a autonomia e dar mais transparência às agências reguladoras, bem como estabelecer meios para evitar a interferência da iniciativa privada no setor regulado. O texto foi aprovado pelo Senado em 2016 e enviado para a Câmara, que o aprovou com alterações em 2018. São essas mudanças que o Senado deve avaliar agora. As que os senadores decidirem manter seguirão junto com o texto original para a sanção presidencial.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) emitiu parecer em dezembro, com base em



A proposta dá mais autonomia às agências reguladoras, como a Anvisa

relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), acrescentando apenas quatro modificações. A comissão manteve: a inclusão da Agência Nacional de Mineração (ANM) no rol dos órgãos atingidos pela lei, a adoção de práticas de gestão de riscos pelas agências, a redução dos mandatos de dirigentes que não forem indicados no mesmo ano da vacância do cargo e a perda de mandato para diretores em caso de violações previstas na lei.

Entre as modificações rejeitadas por Anastasia, está o

ponto mais polêmico do texto. A Câmara revogou dispositivo da Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016) que proíbe a nomeação de dirigentes partidários e de parentes de políticos para conselhos de administração e diretorias de empresas públicas.

A proposta prevê regras sobre descentralização das atividades das agências reguladoras, a regulamentação da perda de mandato dos diretores e a exigência de prestação de contas anual pelas agências ao Congresso, entre outras.

Desenvolvimento de Cuiabá é ressaltado em sessão

O Congresso Nacional celebrou na sexta-feira os 300 anos de Cuiabá. A sessão solene foi requerida pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT) e pelo deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT).

Izalci Lucas (PSDB-DF), que abriu a sessão solene, destacou a “hospitalidade, a pujança e o

desenvolvimento” de Cuiabá. — A cidade é um polo de alegria, cultura, história, belezas naturais, serviços e tecnologia. — disse.

Wellington destacou a história de Cuiabá, fundada às margens do Córrego da Prainha por bandeirantes paulistas em busca de ouro.

— Ao longo desses três séculos, a cidade passou por inúmeras e profundas transformações até se tornar o que é hoje: um centro de referência em prestação de serviços e produção industrial.

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, lembrou que a cidade passou 250 anos “isolada do Brasil”. Mas, graças ao projeto de integração iniciado por Juscelino, passou a seu um “centro de desenvolvimento”.

O embaixador do Estado da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, lembrou que Cuiabá acolhe uma expressiva comunidade árabe. O diplomata defendeu que o governo brasileiro tenha “sabedoria” para manter boas relações com a Palestina e os demais países do mundo árabe.



Wellington Fagundes (3º à esq.) e Izalci Lucas (4º à esq.), entre convidados

Prioridades do Conselho de Comunicação Social do Congresso serão escolhidas hoje

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional se reúne hoje, às 10h, para escolher, entre os cerca de 300 projetos de lei sobre comunicação que tramitam no Senado e na Câmara, os que serão os prioritários para a elaboração de pareceres dos conselheiros.

As propostas a serem analisadas tratam principalmente

da regulamentação do Capítulo 5 da Constituição.

Um deles é o PL 1.441/2015, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que estabelece os percentuais de regionalização da produção cultural, artística e jornalística das emissoras de rádio e televisão.

O conselho é composto por 13 titulares e 13 suplentes.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	CDH Previdência 9h Debate sobre Previdência.	CDR Ministro do Turismo 9h Debate com Marcelo Álvaro Antônio.
	CCS Prioridades 10h Escolha dos projetos prioritários.	CCJ Cotas para mulher na política 10h Entre 15 itens, o PL 1.256/2019, que acaba com cotas para mulher na política.
	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CRA Crédito rural e seguro agrícola 11h Audiência sobre crédito rural.
TERÇA	CDH Terceirização 9h Debate sobre terceirização.	PREVIDÊNCIA Nova comissão 14h Instalação da comissão de acompanhamento da reforma da Previdência.
	MP 868/2018 Saneamento básico 9h Audiência pública.	MP 867/2018 Regularização ambiental 14h Audiência pública.
	CAE Paradesporto 10h Entre os itens, o PLS 62/2015, que destina mais recursos ao paradesporto.	MP 869/2018 Dados pessoais 14h30 Audiência pública.
	CJ Geração de energia 11h O PLS 284/2018, sobre energia, é um dos itens.	MP 870/2019 Indicações para o Dnit 14h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP.
	CE Agricultura familiar na merenda 11h30 Na pauta, o PLS 331/2017, sobre agricultura familiar.	MP 871/2019 Fraudes em benefícios 14h40 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP.
	CTFC Fracionamento de remédios 11h30 O PLS 98/2017, sobre remédios, pode ser votado.	MP 872/2019 Gratificações da AGU 14h50 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão.
	CPI DE BRUMADINHO Depoimentos 13h Responsáveis pelo monitoramento.	MP 873/2019 Contribuição sindical 15h Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP.
	MP 859/2018 FGTS para filantrópicos 14h30 Análise de relatório.	MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho 15h10 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP.
	MP 863/2018 Capital de fora em aéreas 14h30 Análise de relatório.	MP 876/2019 Registro de empresas 15h20 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão.
	MP 866/2018 Navegação aérea 14h30 Análise de relatório.	CDH Agressão a mulher com deficiência 9h Entre 21 itens, o PLC 96/2017, que obriga informação sobre deficiência da mulher vítima de agressão doméstica.
	MP 869/2018 Dados pessoais 14h30 Audiência pública.	MP 868/2018 Saneamento básico 9h Audiência pública.
QUARTA	CAS Política pública 9h Definição da política pública a ser avaliada. Depois, pauta de 15 itens, entre eles, o PL 585/2019, que inclui o diabetes mellitus entre as doenças que geram isenção de Imposto de Renda sobre aposentadorias.	

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário pode votar PEC que facilita repasse a fundos

Proposta que está na pauta da semana permite a destinação de emendas do Orçamento da União diretamente para o FPE e o FPM, com a indicação do estado ou do município a ser beneficiado

O PLENÁRIO PODE analisar esta semana a proposta de emenda à Constituição que permite que emendas individuais ao projeto do Orçamento alocuem recursos diretamente aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), com a indicação do ente federativo a ser beneficiado. Os recursos serão repassados independentemente de convênio. A PEC é da ex-senadora e hoje deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR).

De acordo com o senador Irajá (PSD-TO), a PEC 61/2015 vai permitir que, em vez de cumprir um amplo processo burocrático, que pode durar de dois a três anos até a obra ser entregue, a verba saia do cofre do governo federal e vá direto para o FPM ou para o FPE.

— É uma injeção de recursos na veia das cidades brasileiras. A PEC desburocratiza a liberação de recursos federais para os municípios e os estados.

Eduardo Girão (Pode-CE) defendeu seriedade no debate sobre a proposta, que fará o



Catolândia é uma das cidades da Bahia que dependem totalmente do FPM

recurso chegar aos estados e municípios de modo “mais rápido e sem burocracia”. O senador ressaltou, no entanto, que o poder público não pode descuidar da fiscalização e da transparência.

Meio ambiente

O Plenário também pode debater a PEC que transforma o meio ambiente ecologicamente equilibrado em direito fundamental (PEC 13/2015) e a que trata da legitimidade do defensor público-geral federal para a ação direta de inconstitucionalidade (PEC 31/2017).

Também consta da ordem do dia projeto que estabelece que tanto um juiz quanto um policial poderão determinar o afastamento de agressor, por medida protetiva, se verificada a existência de risco iminente à vida ou à integridade física de mulher em situação de violência doméstica (PLC 94/2018). O regime de urgência para o projeto foi aprovado em Plenário na terça-feira.

Outro projeto que está na pauta do Plenário é o que trata da responsabilidade civil dos corretores de seguros e resseguros (PLC 7/2013).

Colegiado vota amanhã MP sobre santas casas

A comissão mista da medida provisória que regulou operações de financiamento para entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos, que prestam serviço complementar ao SUS, pode votar amanhã o relatório da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB).

A MP 859/2018 é um desdobramento da Lei 13.778, de 2018, que criou uma linha de crédito com recursos do FGTS para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos. Antes, o FGTS só podia ser aplicado em habitação, saneamento e infraestrutura urbana. Os empréstimos, no

entanto, não estavam sendo liberados por pendências na regulamentação.

A medida estabeleceu o prazo até o final de 2022 para que o empréstimos sejam feitos.

Outra pendência resolvida pela MP foi a permissão para que as taxas de juros dos empréstimos contendam um percentual para suportar o risco das operações. O risco será definido pelo Conselho Curador do FGTS, órgão que regula as diretrizes de aplicação do fundo.

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),

agentes financeiros da linha de crédito, ficarão responsáveis pelo risco dos empréstimos aos hospitais filantrópicos.

O texto prevê ainda que as garantias das operações poderão ser exigidas de forma isolada ou cumulativa.

A Lei do FGTS estabelece uma série de garantias que podem ser fornecidas pelo tomador do empréstimo, como hipoteca, seguro de crédito, aval em nota promissória e fiança bancária. Com a medida, todos os tomadores, incluindo os hospitais filantrópicos, poderão fornecer um tipo único de garantia ou uma soma delas.

Proposta dá mais verba e torna Fundeb permanente

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) pode se tornar permanente e ganhar novas fontes de recursos. É o que prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2019. O texto aumenta a complementação mínima da União ao fundo, de 10% para 30% dos aportes de estados e municípios.

De acordo Jorge Kajuru (PSB-GO), autor da PEC, a vigência do fundo termina

em dezembro de 2020, motivo pelo qual é necessário discutir o tema.

Segundo o senador, os recursos do fundo saltaram de 35,2 bilhões em 2006 (ainda como Fundef) para R\$ 136 bilhões, no ano passado. A complementação da União passou de R\$ 492 milhões, em 2006, para cerca de 14 bilhões, em 2018.

Atualmente a complementação feita pela União é de, no mínimo, 10% do valor aplicado por estados e municípios. A

proposta prevê o aumento da contribuição para 12% no primeiro ano após a aprovação, para 15% no segundo ano e para 10% a partir do terceiro ano.

A PEC também destina novos recursos ao fundo, com percentual, a ser definido por lei, dos royalties do petróleo. Além disso, o texto estabelece que 60% de cada fundo estadual seja destinado ao pagamento dos professores da educação básica pública em exercício.

Projeto cria royalties para locais onde há lançamento de foguetes

Projeto que institui compensação financeira pela exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes e veículos espaciais para estados e municípios tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PL 1.951/2019, do senador Weverton (PDT-MA), direciona recursos da exploração comercial da Base de Alcântara (MA) para os entes federativos e para instituições educacionais.

O texto institui a alíquota de 15% sobre as receitas das empresas, sendo 40% para o estado, 40% para o município,

10% para as universidades estaduais e 10% para as fundações de amparo a pesquisa. Segundo Weverton, os royalties são necessários devido à importância da Base de Alcântara no setor aeroespacial.

"Calcula-se que o Brasil poderá, a partir de 2040, arrematar negócios na faixa de US\$ 10 bilhões ao ano. Nesse sentido, faz-se necessário estabelecer, assim como na mineração ou no petróleo, o pagamento de royalties", justifica.

Da CCJ a proposta seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Styvenson defende saque do FGTS para educação e saúde

Styvenson Valentim (Pode-RN) contestou publicação de revista que liga um projeto de autoria dele a um possível lobby a favor das universidades particulares, das indústrias e do setor empresarial. O senador afirmou que o PL 1.540/2019, que permite o saque do saldo do FGTS para o pagamento de curso superior e de cirurgias essenciais à saúde, busca assegurar ao trabalhador o direito à vida e a uma educação de qualidade.

Styvenson afirmou que não permitiu influência externa na elaboração do projeto e que a única motivação da proposta foi a necessidade de o trabalhador ter mais acesso à educação e à saúde.

Para Izalci, educação dá ao jovem acesso ao mercado de trabalho

Izalci Lucas (PSDB-DF) destacou na sexta-feira a importância de garantir educação de qualidade para que os jovens tenham condições de entrar no mercado de trabalho. Segundo ele, apesar de a lei ter universalizado o acesso à educação, o país ainda sofre com a falta de planejamento e gestão e com a instabilidade nos investimentos.

Para superar a falta de qualidade, o senador defendeu propostas para aproximar as comunidades acadêmica e universitária dos estudantes.

— Fiz algumas sugestões. Uma delas trata do recebimento da contrapartida daqueles que estudam nas universidades públicas, que podem ajudar nas escolas de tempo integral com o seu trabalho.

Kajuru pede ao governo atenção a doença rara em Goiás

A comunidade de Araras, em Faina (GO), precisa da avaliação do Ministério da Saúde para os moradores acometidos com xeroderma pigmentoso, doença que causou mais de 20 mortes no local na última década, disse Jorge Kajuru (PSB-GO). O senador pediu o envio de uma equipe de dermatologistas, alergologistas e biomédicos geneticistas ao local.

Ele explicou que a doença é transmitida de pai para filho e deixa a pessoa hipersensível à luz, especialmente a solar, provoca câncer e mutilações.

— Sugiro medidas cabíveis que possam ajudar a minorar a dor daquelas pessoas e suas famílias.

Paim critica proposta de mudança no reajuste do mínimo

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo nata sexta-feira para que o governo desista da ideia de mudar as regras de reajuste do salário mínimo.

Segundo o senador, o governo quer elevar o mínimo só pela inflação, e não mais pela inflação do ano anterior e a média de crescimento do PIB dos últimos dois anos.

— Qual é o argumento do governo? Haverá uma economia de R\$ 7,6 bilhões. Tirar de quem ganha um salário para fazer economia e achar que isso vai resolver alguma coisa. Isso porque está tirando de quem ganha um salário o dinheiro do remédio, da alimentação, do pão, do leite, do aluguel.

Merenda deve ter mais agricultura familiar

Projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte amplia de 30% para 50% a parcela dos recursos federais usada na aquisição de produtos desse tipo de empreendedor

PROJETO QUE GARANTE a presença de mais produtos da agricultura familiar na merenda escolar está pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que tem reunião marcada para amanhã, às 11h30. O PLS 331/2017, de Rose de Freitas (Pode-ES), amplia de 30% para 50% a parcela dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) usados na aquisição de gêneros da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. O relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), é favorável à proposta, que depois segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Rose de Freitas, é importante fomentar, por meio do Pnae, hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por

meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o ano letivo. O Pnae atende alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas e também entidades comunitárias conveniadas. Os recursos do programa destinam-se exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios.

A intenção é dar ainda mais impacto social ao Pnae, para fazer jus ao peso desses agricultores na produção de alimentos consumidos no país.

Oswaldo Aranha

Outro projeto em pauta inscreve o nome do diplomata Oswaldo Euclides de Souza Aranha (1894-1960) no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. Ele foi um advogado,



Alunos da educação básica de escolas públicas serão os beneficiados

político e diplomata brasileiro, ministro das Relações Exteriores do governo Getúlio Vargas.

Em 1947, chefiou a delegação brasileira na recém-criada ONU, inaugurando a tradição, mantida até hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador na reunião anual do órgão internacional. Morreu em 27

de janeiro de 1960, após sofrer um ataque cardíaco.

O relator, Lasier Martins (Pode-RS), é favorável ao projeto (PL 409/2019), do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

Outras propostas em pauta criam dias de comemoração. O Projeto de Lei da Câmara

108/2018 institui o 4 de outubro como o Dia Nacional do Rodeio. A data foi escolhida por ser o Dia de São Francisco de Assis, conhecido como o santo protetor dos animais. Para o autor, deputado Capitão Augusto (PR-SP), o rodeio é uma modalidade de esporte que tem significado cultural e relevância econômica. A relatoria é de Wellington Fagundes (PR-MT).

O PLS 249/2018, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), institui o Dia Nacional do Museu em 18 de maio, consagrado como Dia Internacional do Museu. Na opinião da senadora, o Brasil deve seguir o exemplo internacional, “como reafirmação do dever de valorização e promoção da história, memória e cultura”. O relator é Zequinha Marinho (PSC-PA).

Processo de caixa 2 pode retornar à Justiça comum

Projeto do pacote anticrime que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que crimes comuns relacionados a caixa dois em campanhas eleitorais deverão ser analisados pela Justiça comum. Assim, o processo e o julgamento de crimes conexos aos crimes eleitorais não serão atribuição da Justiça Eleitoral, como havia decidido, em março deste ano, o Supremo Tribunal Federal.

Protocolado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), o PLP 89/2019 faz parte do pacote de proposições apresentado pelo ministro da Justiça e Segurança Pú-

blica, Sergio Moro, e o Poder Executivo para combater a criminalidade. Apresentados originalmente na Câmara, os projetos foram reapresentados no Senado por iniciativa de Eliziane, após articulação com Moro e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Eliziane diz que os parlamentares podem, “no processo de debate, apresentar melhorias por meio de emendas”. O relator na CCJ é Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

“A experiência com processos oriundos de grandes operações deixou claro que, não raramente, os crimes conexos

são de elevada complexidade, incluindo, por exemplo, lavagem transnacional de valores elevados. A Justiça Eleitoral, reconhecidamente célere nos seus julgamentos, não está bem estruturada para processar e julgar esses casos, cuja discussão jurídica lhe é totalmente estranha”, justifica a mensagem de Moro.

O texto estabelece que nos recursos ou execução da sentença, o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689, de 1941) poderá ser aplicado subsidiária e supletivamente, se o Código Eleitoral (Lei 4.737, de 1965) não possuir dispositivos nas duas fases mencionadas.

Projeto altera 13 leis e decretos das áreas penal e criminal

Um dos projetos que encontra-se na CCJ contém medidas consideradas a espinha dorsal do pacote anticrime. O PL 1.864/2019 altera 13 leis e

decretos sobre atuação policial, regras de processo penal, banco de dados, progressão de regime, corrupção e enriquecimento ilícito, entre outros.

Normas a serem modificadas

Veja os principais pontos das normas alteradas pelo PL 1.864/2019

- **Decreto-Lei 2.848/1940 – Código Penal** É alterado em dez artigos. Uma das medidas propostas prevê proteção legal a policiais envolvidos na morte de suspeitos. O projeto inclui ainda o chamado “confisco alargado”.
- **Decreto-Lei 3.689/1941 – Código de Processo Penal** As alterações atingem 16 artigos. Uma delas possibilita o acordo quando o acusado confessa crime e fixa pena de até quatro anos, se praticado sem violência ou grave ameaça.
- **Lei 7.210/1984 – Lei de Execução Penal** Há mudança em quatro artigos. Pelo texto, não será mais necessário aguardar o trânsito em julgado para que o preso tenha o perfil genético identificado mediante a extração do seu DNA.
- **Lei 12.037/2009 – Identificação criminal** O texto cria o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais e, quando possível, de íris, face e voz. Também permite a exclusão dos perfis genéticos no caso de absolvição.
- **Lei 8.072/1990 – Lei dos Crimes Hediondos** O projeto dificulta a progressão de regime e as saídas temporárias, dependendo da gravidade do crime cometido, como em casos de morte da vítima, por exemplo.
- **Lei 9.296/1996 – Lei da Escuta Telefônica** O texto amplia a possibilidade de interceptação de comunicações, podendo incluir mensagens e arquivos eletrônicos armazenados em caixas postais eletrônicas.
- **Lei 9.613/1998 – Lei da Lavagem de Dinheiro** Pelo texto, se há prova de irregularidade anterior, a participação do agente policial disfarçado (infiltrado em organização criminosa) na lavagem de dinheiro não exclui o crime.
- **Lei 11.343/2006 – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas** O projeto considera traficante quem vende ou entrega droga ou matéria-prima de entorpecente a policial disfarçado, se houver conduta criminal anterior.
- **Lei 10.826/2003 – Sistema Nacional de Armas** Aumenta em 50% a pena para crimes de posse, disparo, comércio e tráfico de armas, se cometidos por integrantes de forças policiais, empresas de segurança privada e clubes de tiro.
- **Lei 11.671/2008 – Presídios de segurança máxima** Prevê isolamento de liderança criminosa, muda regras para visitas em presídio de segurança máxima e permite inclusão de preso em estabelecimento federal por até três anos.
- **Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas** Prevê que líder de organização criminosa inicie o cumprimento da pena em presídio de segurança máxima. Pelo texto, integrantes dessas organizações não podem progredir de regime.
- **Lei 13.608/2018 – Recebimento de denúncias** O projeto cria o “denunciante do bem”, um cidadão que não está envolvido com o crime e deseja auxiliar o poder público. O texto prevê a proteção integral e recompensa ao informante.
- **Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa** A mudança elimina dispositivo que proibia a possibilidade de acordo ou conciliação nas ações de sequestro de bens do agente público que tenha enriquecido ilícitamente.

DataSenado: maioria aprova pacote anticrime

Pesquisa nacional do Instituto Data Senado revelou que a maioria dos brasileiros conhece e aprova os projetos que integram o pacote anticrime apresentado ao Congresso pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

O pacote anticrime é composto por três projetos (PL 881/2019, PL 882/2019 e PLP 38/2019) e foi entregue à Câmara dos Deputados em fevereiro, onde foi despachado para um grupo de estudos. Para que o Congresso pudesse iniciar o debate enquanto os deputados se ocupam da reforma da Previdência, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) reapresentou as propostas no Senado.

O PL 1.864/2019, com alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal, ficou sob a relatoria do senador Marcos do Val (Cidadania-ES).

O PL 1.865/2019, que tipifica o crime de caixa dois no Código Eleitoral, será relatado por Marcio Bittar (MDB-AC). Rodrigo Pacheco (DEM-MG) vai relatar o PLP 89/2019, que determina que o julgamento de crimes comuns conexos ao processo eleitoral seja feito pela Justiça comum. As proposições estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os resultados mostram que as medidas propostas são do conhecimento de 72% dos entrevistados. Os que mais se interessam pelo assunto moram na Região Sul (83%) e os brasileiros com 60 anos ou mais (84%). Esse percentual cai para 57% entre os jovens de 16 a 29 anos.

Sobre os possíveis efeitos dos projetos, a maioria (65%) acredita que vão trazer muitos benefícios. Para 17%, as medidas trarão poucos benefícios.

Apenas 15% dos entrevistados afirmaram não acreditar em mudanças com aprovação.

A possibilidade de prisão após a condenação em segunda instância conta com a aprovação de 51% dos entrevistados. Outros 23% defendem que o acusado fique preso quando for finalizado o julgamento em primeira instância. Apenas 20% dos entrevistados defendem que o encarceramento só deva ocorrer somente depois de esgotado o último recurso judicial no Supremo Tribunal Federal (STF). Outros 7% não sabem ou não responderam.

Foram entrevistados 1.161 cidadãos de todos os estados, por meio de ligações telefônicas realizadas de 6 a 25 de março.

A margem de erro é de 2,9 pontos percentuais com nível de confiança de 95%.